

LUTERO SOBRE A RELAÇÃO DO CRISTÃO (E DA IGREJA) COM O GOVERNO

LUTHER ON THE RELATION OF THE CHRISTIAN (AND OF THE CHURCH) WITH THE GOVERNMENT

Alan Furst¹

Resumo: A teologia de Martinho Lutero é rica em distinções que trouxeram e continuam trazendo clareza para a forma que cristãos ao redor do mundo pensam teologicamente a respeito dos mais variados assuntos, inclusive assuntos políticos. A doutrina dos Dois Tipos de Justiça, central para o pensamento de Lutero, trabalha muito bem com a doutrina dos Dois Reinos ao considerarmos a relação do cristão e da igreja com o governo secular. Este artigo observa essa conexão entre as duas doutrinas ao explorar os escritos de Lutero sobre assuntos relacionados ao governo secular, apontando para o pensamento do reformador a respeito da função do governo, a participação do cristão no governo secular e o papel da igreja diante do governo. O artigo conclui que o ensino de Lutero continua relevante e útil, oferecendo formas que o pensamento do reformador auxilia o cristão e a igreja em seu envolvimento com o governo secular atualmente.

1 Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2013). Especialista em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2016). Especialista em Habilitação em Ministério Pastoral e pelo Seminário Concórdia, São Leopoldo-RS (2016). Mestre em Teologia Sistemática pelo Concordia Seminary – St. Louis (2019). Doutorando em Teologia Sistemática pelo Concordia Seminary – St. Louis. Pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) em Canoas, RS.

Palavras-chave: Lutero. Política. Igreja e Estado. Dois Reinos.

Abstract: Martin Luther's theology is rich in distinctions that brought and continue to bring clarity to the way Christians think theologically about a great variety of subjects all around the world, including political issues. The doctrine of the two kinds of righteousness, which is central to Luther's thought, works together with the doctrine of the Two Kingdoms when we consider the relation of a Christians and of the church to the secular government. This article observes this connection between the two doctrines by exploring Luther's writings about issues related to secular government, pointing the reformer's thought on the function of the government, the participation of a Christian in the secular sphere, and the role of the church vis-a-vis the government. The article concludes that the teaching of Luther continues to be relevant and useful today, offering ways that his teaching helps both Christians and the church in their engagement with the secular government today.

Keywords: *Luther. Politics. Church and State. Two Kingdoms.*

INTRODUÇÃO

Uma das grandes contribuições de Martinho Lutero para a teologia cristã foi o seu entendimento do que significa ser uma criatura humana. Para Lutero, Deus criou os seres humanos como seres relacionais, e os relacionamentos humanos ocorrem dentro de duas esferas: diante de Deus (*coram Deo*) e diante do mundo (*coram mundo*) (ARAND e BIERMANN, 2022, p.204).

Em sua relação com Deus, o ser humano é totalmente passivo. Por meio da sua Palavra, Deus cria o ser humano. Por meio dessa mesma Palavra, Deus redime o ser humano, tornando-o uma nova criatura. Isso significa que, no relacionamento *coram Deo*, Deus é o agente de toda ação, e o ser humano apenas sofre a ação de Deus em seu favor.

Ao mesmo tempo, o ser humano é totalmente ativo em seu relacionamento com o mundo. Isso porque Deus criou o ser humano como uma criatura conectada com todo o resto da criação. No princípio, Deus cria

o ser humano e o coloca no jardim para cuidar e cultivar a criação (Gn 2). Na redenção, Deus não tira o ser humano do mundo, mas o redime e o coloca novamente no jardim a fim de que esse possa cuidar e servir a criação. Em sua relação *coram mundo*, o ser humano não é passivo, mas ativo, sendo responsável por servir a outras pessoas e cuidar do mundo que Deus criou.

Essa antropologia de Lutero pode soar familiar para os ouvidos luteranos em pleno século 21, mas certamente trouxe muita novidade para a realidade vivida pelo reformador no século 16. Por um lado, isso fica evidente no entendimento de justificação pela fé presente em toda a Reforma Protestante. Se o ser humano é totalmente passivo diante de Deus, isso significa que não há lugar para boas obras diante de Deus no que se refere à justificação. Pressupor que o ser humano tenha algum papel ativo na sua justificação diante de Deus seria o equivalente a pressupor que o ser humano tem algum papel ativo na sua criação. Da mesma forma que Deus cria o ser humano e tudo o que existe *ex nihilo*, assim também Deus justifica o ser humano e redime a sua criação sem nenhum mérito ou participação ativa da criação. É Deus quem age na criação e na redenção. Por isso Lutero e os reformadores entendiam que Deus não precisa das minhas obras, mas o meu próximo precisa delas. Tudo o que precisava ser feito diante de Deus já foi feito por Jesus Cristo em sua obra redentora. Diante de Deus, os seres humanos “devem deixar todas as suas obras na terra e buscar nada além da justiça de Cristo, a qual é recebida pela fé” (KOLB e ARAND, 2008, p.30).

Por outro lado, esse entendimento do que significa ser uma criatura humana também recuperou um aspecto da teologia cristã que havia sido perdido pela igreja medieval – a saber, a importância da esfera secular. Isso porque esse relacionamento com Deus não elimina a vida ativa da criatura humana na terra, mas “molda nosso relacionamento com a criação. E, portanto, na terra nós buscamos ativamente uma vida de obras e virtudes de acordo com a vontade de Deus para a criação e sua reivindicação da criação em Cristo” (KOLB e ARAND, 2008, p.32). Diante de uma igreja que enfatizava como ideal de vida cristã o abandono da vida em sociedade para se dedicar somente a Deus em um mosteiro, Lutero enfatizou que o propósito de Deus para a vida do cristão não é tirá-lo do mundo, mas enviá-lo como uma criatura redimida de volta ao mundo para servir ao

próximo e cuidar da criação. A confusão vista na igreja medieval do papel do ser humano em seu relacionamento com Deus e com a criação não só prejudicou o entendimento de salvação, mas também menosprezou o próximo a quem o cristão é chamado a servir em sua nova obediência como criatura redimida (KOLB e ARAND, 2008, p.30). Lutero ajudou a igreja cristã a lembrar que o ser humano é criado para viver na criação e em favor da criação, e isso não só agrada a Deus como também reflete o propósito de Deus para as suas criaturas.

LUTERO E O GOVERNO SECULAR

Um reflexo dessa redescoberta da importância da vida em sociedade é o reconhecimento e valorização do governo secular. Para Lutero, o governo é instituído pelo próprio Deus para cuidar e proteger a sua criação (LUTERO, 1956, p.45). Juntamente com a igreja, o governo é instrumento de Deus para realizar a sua vontade divina no mundo que ele criou e continua sustentando como Criador. Dessa forma, o governo secular não está abaixo da igreja. Lutero entende que tanto igreja quanto governo secular trabalham lado a lado para realizar a vontade de Deus no mundo (BIERMANN, 2017, p.31). Por um lado, a igreja é responsável pelo governo espiritual, proclamando o evangelho e dispensando a graça de Deus. Por outro lado, o governo secular é responsável pela promoção da boa ordem da criação, mantendo justiça e paz para o mundo criado por Deus. Lutero afirma que desde o tempo dos apóstolos o governo secular não havia sido valorizado da forma que ele valorizou (LUTERO, 1967, p.95). E isso fica evidente nos escritos de Lutero.

Em um comentário ao salmo 82 escrito pelo reformador em 1530, Lutero afirma que “o governo temporal, junto ao ofício da pregação, é o serviço mais elevado de Deus e o ofício mais útil na terra” (LUTERO, 1956, p.51). Lutero reconhece a importância do ofício do governo secular ao ponto de dizer que “as obras e virtudes desse ofício não são apenas reais ou angelicais, mas virtudes divinas” (LUTERO, 1956, p.52). O motivo para tal reconhecimento está no entendimento que Lutero tinha sobre a ação de Deus como Criador que não abandona sua criação, mas continua presente e ativo para o bem de tudo o que havia criado.

Deus não quer que o mundo seja desolado e vazio, mas o fez para os seres humanos viverem nele, para cultivar a terra e enchê-la, como está escrito em Gênesis 1.29,30. Como isso não pode acontecer onde não há paz, Deus é compelido, como Criador que preserva suas próprias criaturas, obras e ordenanças, a instituir e preservar o governo e confiar a ele a espada e as leis” (LUTERO, 1956, p.45).

Lutero entende que o governo funciona como órgão do próprio Criador para o bem de toda a criação. É Deus que institui e preserva o governo para preservar suas criaturas, obras e ordenanças. Assim, o governo não é uma questão humana. Lutero acredita que é o “próprio Deus que nomeia e preserva toda a autoridade, e se Deus não a sustentasse mais, tudo cairia, mesmo que todo o mundo a segurasse” (LUTERO, 1956, p.44).

A base para a convicção de Lutero sobre o governo como ordenança divina é seu entendimento de que Deus não deixa de ser Deus. Em outras palavras, visto que Deus é e continua sendo Deus, o governo secular é e continua sendo instrumento desse Criador para o bem do mundo que ele criou, redimiu e sustém. Isso porque ser Deus é estar no controle de tudo. A Palavra criadora que criou tudo no princípio *ex nihilo* continua criando tudo agora, no presente. E, se Deus parar de criar e sustentar alguma das suas criações, essa deixaria de existir. Assim, sendo Deus quem ordena e sustenta tudo em sua criação, e nada que faz parte da sua criação existiria se ele não preservasse, Lutero conclui que o governo secular “é corretamente chamado de algo divino, uma ordenança divina” (LUTERO, 1956, p.44).

Portanto, o governo secular é uma instituição divina que serve a Deus através do cuidado e preservação da criação. De fato, na teologia do reformador, tal instituição não é inferior nem mesmo à igreja, mas vista como instrumento divino que trabalha lado a lado com a igreja para realizar a vontade divina para a sua criação. Tendo em vista esse entendimento de Lutero a respeito do governo secular, é possível entender o ensino encontrado em sua teologia sobre a relação do cristão com o governo.

O CRISTÃO E O GOVERNO

“O cristão é um senhor libérrimo sobretudo, a ninguém sujeito. O cristão é um servo oficiosíssimo de tudo, a todos sujeito” (LUTERO, 1989, p.437). Com essas duas breves sentenças aparentemente conflitantes, Lutero resume o seu ensino sobre liberdade cristã. Para ele, a justificação pela fé em Cristo torna o cristão livre de tudo e de todos. Ele não é mais escravo e nem deve nada. Tudo foi pago por e em Cristo, e toda a justiça do Filho do Deus Altíssimo pertence à criatura humana que por ele foi redimida e justificada. Ao mesmo tempo, Lutero expressa nesse ensino o seu entendimento do que significa ser uma criatura humana e enfatiza que essa liberdade cristã não só torna o cristão “um senhor libérrimo”, mas também “um servo oficiosíssimo”. Tendo sido redimido, o cristão torna a refletir o propósito para o qual ele foi criado – a saber, servir e cuidar do mundo que Deus criou.

Ao considerar a relação do cristão com o governo, Lutero reflete esse entendimento ao ver com bons olhos o envolvimento de cristãos no ofício de autoridade secular. Isso porque ao olharmos para o entendimento do reformador sobre o governo como instituição divina por meio da qual Deus age em favor da sua criação, nós vemos que o chamado que o cristão tem para sua vida cristã reflete exatamente esse propósito. Cristãos já não são escravos do pecado e, conseqüentemente, já não vivem mais encurvados em si mesmo. Cristãos foram redimidos e agora vivem como um sacrifício vivo em favor do seu próximo. Cristãos vivem nesse mundo não para seu benefício próprio, mas para o benefício da criação de Deus.

Isso leva Lutero a demonstrar um desejo de que todos os governantes pudessem ser cristãos. “Quisera Deus,” afirma o reformador, “que todos os governantes fossem cristãos, ou que ninguém pudesse ser um príncipe a menos que fosse cristão!” (LUTERO, 1967, p.166). Se essa fosse a realidade, Lutero acredita que “as coisas seriam melhores” (LUTERO, 1967, p.166). Esse desejo expressado por Lutero está baseado na convicção de que os princípios que norteiam a vida de um cristão se assemelham com o propósito que Deus tem para aqueles que ocupam o governo secular – isto é, buscar o benefício do próximo e o cuidado do mundo criado por Deus. Como ele escreve em outro momento, “o verdadeiro cristão não vive na terra para si próprio, mas para o próximo,

e lhe serve” (LUTERO, 2000, p.88). Essa atitude é exatamente o que Lutero entendia como a função de um governante: alguém que busca não o seu próprio interesse, mas o bem comum.

Portanto, Lutero vê com bons olhos o envolvimento e a participação do cristão no governo. Não há muito segredo sobre isso. Como “um servo oficiosíssimo” que é chamado a servir a todos como um sacrifício vivo, o cristão pode exercer esse ofício instituído por Deus à luz da sua fé que o motiva e compele a buscar o bem comum e a boa ordem da criação de Deus.

No entanto, ele deve fazer isso conforme o propósito divino para um governante e não de acordo com padrões e tendências do espírito da época. De fato, é questionável se existe um momento ou ocasião na qual um cristão deve agir de acordo com padrões e tendências que não são aquelas dadas por Deus em sua Palavra. Por isso, ao ocupar um cargo no governo secular, o cristão segue a orientação divina para a sua vida, a qual o compele a servir a Deus em amor ao próximo, buscando o benefício daqueles em necessidade, a justiça, a paz e a boa ordem do mundo criado por Deus.

Isso significa que, embora expresse o desejo por governantes cristãos, a teologia de Lutero remete os cristãos a buscarem líderes que se preocupem com o bem comum e o cuidado da criação. Isto é, o objetivo não é encher os cargos de autoridade secular com pessoas que se denominam “cristãos”, mas, sim, pessoas que agem cristãmente, refletindo o propósito de Deus para o governo secular.

Essa forma de pensar reflete a importância que o governo secular recebe como instituição divina na teologia de Lutero. Cristãos podem, de consciência tranquila, assumir uma posição de autoridade secular. Mas eles fazem isso como servos que reconhecem no ofício assumido a mão do próprio Criador que criou e sustém o governo para o bem da criação.

Isso molda também o entendimento de Lutero sobre o relacionamento do cristão com o governo quando esse não está *no* governo. Para Lutero, a postura do cristão diante do governo é de respeito, submissão e obediência (LUTERO, 1956, p.45). Tendo explicado que o governo secular é instituído, nomeado e sustentado pelo próprio Deus, Lutero escreve que “as pessoas devem obedecê-los como seus oficiais e sujeitar-se a eles com todo temor e reverência, como ao próprio Deus” (LUTERO, 1956, p.44). Note que os cristãos devem obedecer e demonstrar temor e reverência como se estivessem fazendo isso ao próprio Deus. Isso porque quem “despreza,

desobedece ou resiste a eles, está desprezando, desobedecendo e resistindo ao verdadeiro Deus Supremo, que está neles, que fala e julga por meio deles” (LUTERO, 1956, p.44).

Para surpresa de muitos, Lutero é consistente em dizer que o papel do cristão diante do governo é somente de submissão e respeito. Mesmo diante de governos que não estão cumprindo com o seu papel de cuidar do bem comum, manter a paz e a boa ordem, o reformador entende que não é papel do cristão assumir qualquer outra postura ou atitude que não seja de submissão e respeito. Ele escreve “que ninguém se comprometa a julgar as autoridades seculares, puni-las ou corrija-las. Mas fique quieto, mantenha a paz, seja obediente e sofra” (LUTERO, 1956, p.45). Cristãos não devem fazer isso porque Deus não deu essa tarefa a eles. “Não importa o quão certo você esteja,” escreve Lutero, “não é certo para um cristão apelar para a lei [secular], ou lutar, mas sim sofrer e suportar o mal” (LUTERO, 1967, p.31).

O entendimento de Lutero com respeito à postura do cristão diante do governo reflete o que já foi exposto acima, a saber que o governo secular é instituição e instrumento de Deus, e mesmo que o governante seja um péssimo governante, ou até mesmo um governante ímpio e injusto, o ofício da autoridade secular continua sendo algo divino. Deus vai julgar e castigar os governantes que não fizerem o que eles são chamados a fazer. Da mesma forma, Lutero afirma que Deus vai julgar quem não respeitar as autoridades que ele instituiu e sustenta na terra. Por esse motivo, o cristão deve respeitar as autoridades. E, se necessário, sofrer, assim como o próprio Cristo disse que seus seguidores sofreriam.

Dessa forma, o relacionamento do cristão com o governo secular reflete como um todo o seu chamado para viver a vida cristã em todos os aspectos da sua vida. Sendo “um senhor libérrimo” que foi justificado por meio de Cristo em seu relacionamento diante de Deus (*coram Deo*), o cristão é livre para se tornar “um servo oficiosíssimo” em seu relacionamento com o mundo (*coram mundo*), vivendo em favor do próximo e da criação que geme as dores de um mundo afetado pelo pecado. Isso significa que, por um lado, o cristão pode ocupar o ofício do governo secular, pois esse foi instituído para o mesmo propósito que a criatura humana foi criada – isto é, para viver no mundo em prol da criação de Deus. Ao mesmo tempo, isso significa que o cristão deve ocupar o seu papel de criatura diante do

Criador que institui e preserva toda autoridade na terra e deixar para Deus toda e qualquer repreensão, crítica ou castigo devido à autoridade secular não seguir o propósito divino para sua existência. Assim como o governo deve reconhecer o seu papel diante de Deus e se submeter à vontade do Criador para a criação que o governo é encarregado de cuidar, assim também o cristão deve reconhecer seu papel como criatura chamada a depender totalmente do seu Criador, inclusive referente à crítica e repreensão dos erros cometidos pelo governo. Caso contrário, ambos falham diante da vontade de Deus e, conseqüentemente, ambos serão castigados pelo Deus que criou e mantém ambos. Como Lutero escreve,

Ele quer ser respeitado e temido por ambos, para que a congregação seja obediente aos governantes por amor a Deus, e os governantes administrem justiça e paz, igualmente por amor a Deus. Assim as coisas desta vida irão bem, no temor de Deus e na obediência a Ele. Mas se uma parte ou outra não cumpre seu dever, se a congregação é desobediente e os governantes obstinados, então ambos são dignos de morte aos olhos de Deus. E ambos são punidos – a congregação pelos governantes, os governantes por Deus, que podem derrubar os poderosos de seus assentos (Lucas 1.52) e arrancá-los pela raiz, destruindo seu nome e sua memória (LUTERO, 1956, p.46).

Essencialmente, Lutero insiste que um cristão deve seguir o seu Senhor e refletir o chamado a servir o próximo e cuidar da criação. Em questões de governo secular, isso significa que um cristão irá sofrer todo mal e injustiça, mas não se vingará nem procurará proteção para si em leis seculares, como se não tivesse necessidade nenhuma do direito e autoridade secular para benefício próprio (LUTERO, 2000, p.94). Mas, para beneficiar o próximo e a boa ordem da criação, um cristão não só pode, mas deve procurar a proteção e o auxílio da autoridade secular, bem como contribuir com o que puder, pois esse é o seu chamado como um servo oficiosíssimo que vive em favor do seu próximo (LUTERO, 2000, p.94).

No entanto, é necessário destacar que isso não significa que os cristãos não têm nada para falar ao governo. Embora defenda que a postura e atitude dos cristãos diante das autoridades seculares seja de submissão e respeito, Lutero escreve com a mesma convicção que a injustiça e impiedade das autoridades seculares devem ser condenadas e repreendidas à luz da

Palavra de Deus. Isso é importante ser destacado porque um entendimento equivocado do ensino do reformador pode acarretar situações lamentáveis diante de erros e injustiças de governos. Um exemplo notável de tal equívoco foi a postura da igreja diante do nazismo alemão em meados do século 20. Especificamente, o entendimento equivocado de que um cristão fica em silêncio e somente respeita a autoridade secular independente das suas ações ímpias levou ao silêncio da igreja diante dos horrores do nazismo durante os eventos que levaram à Segunda Guerra Mundial. Os museus que contam a história do holocausto espalhados pelo mundo atual mostram essa conexão entre o ensino de Lutero e o que aconteceu durante o governo de Hitler.

É necessário, portanto, esclarecer que tal atitude não é defendida por Lutero. De fato, Lutero escreveu enfaticamente que cristãos têm muito para falar ao governo. Porém, ele entendia que há um ofício próprio para fazer tal repreensão e condenação da injustiça e impiedade dos governos seculares. Em outras palavras, Lutero não defende a ideia de que nada seja dito ao governo, ou que as ações do governo não sejam criticadas, condenadas, repreendidas. De forma alguma! O que Lutero defende é que cada um haja de acordo com a sua vocação, para que a boa ordem seja mantida. Especificamente, se você não tem a função ou vocação de criticar, condenar ou repreender o governo, então permaneça em silêncio e sofra.

A IGREJA E O GOVERNO

No entanto, Deus tem algo para dizer aos governantes. Lutero acredita que o próprio Deus repreende aqueles que não seguem a sua vontade para o ofício da autoridade secular. Mas, como é que Deus faz isso? O próprio reformador pergunta em seu comentário, “Onde está Deus? Ou como podemos ter certeza de que existe um Deus que assim repreende [os governantes]?” Ele mesmo responde sua pergunta dizendo, “Onde estiver sua congregação, aí você encontrará Deus. Pois lá Deus tem instituído seus sacerdotes e pregadores, aos quais ele confiou o dever de ensinar, exortar, repreender, consolar – em uma palavra, de pregar a palavra de Deus” (LUTERO, 1956, p.49).

Lutero entende que o papel de repreender e condenar os pecados do governo secular é da igreja. Esse é um dever dado aqueles que foram chamados e encarregados de ensinar e proclamar a vontade de Deus para o mundo que ele criou e redimiu. Isso parte da compreensão de que a igreja cristã é a voz de Deus no mundo. Ela é a porta-voz da vontade de Deus para a sua criação, inclusive para o governo secular. Ou seja, Lutero entende que há uma vocação específica por meio da qual a vontade de Deus é anunciada aos governantes, e essa é a vocação do pastor. Como ele afirma, o pastor deve “ser firme e confiante e lidar com a repreensão dos governantes de maneira correta e honesta; e ‘na congregação’, isto é, aberta e corajosamente diante de Deus e dos homens” (LUTERO, 1956, p.49).

Diante disso, é possível que muitos luteranos sintam um certo desconforto. Tal desconforto é causado, por um lado, pela falta de familiaridade com esses escritos e ensinamentos de Lutero sobre o papel da igreja e do pastor diante do governo secular. Por outro lado, esse desconforto é causado por muitos equívocos e erros vistos em pastores da igreja em relação à política partidária. De fato, diante do cenário atual político partidário que a igreja enfrenta no Brasil, a atitude que muitos esperam dos seus pastores é exatamente o contrário do que Lutero está incentivando aqui. Isto é, que se silenciem em questões de governo secular. No entanto, para Lutero, silenciar não é uma opção para aqueles que receberam a responsabilidade de anunciar a vontade de Deus para o mundo. A questão não é sobre falar ou não falar, mas sim como falar. Mais sobre esse aspecto abaixo.

Assim, o pastor tem o dever de falar para o governo aquilo que Deus tem para falar para aqueles que ocupam cargos instituídos e sustentados por ele mesmo para o bem do mundo. Lutero escreve que “é a vontade de Deus que aqueles que estão no cargo [de ministros da palavra] e são chamados a fazê-lo repreendam e julguem seus governantes abertamente e com ousadia” (LUTERO, 1956, p.50).

A seriedade de Lutero em relação ao dever de um pastor diante das autoridades seculares se reflete em sua dureza direcionada aos pastores que não são fiéis à vocação que receberam de Deus para fazer. “Se você está no ministério e não está disposto a repreender seus governantes abertamente e publicamente, como seu cargo exige, pelo menos deixe de lado suas calúnias particulares, xingamentos, críticas e reclamações, ou vá arrumar outra coisa para fazer!” (LUTERO, 1956, p.50).

Por outro lado, ser fiel à vocação recebida como ministro da Palavra é, para Lutero, uma grande obra realizada em favor do mundo e do próximo. Claro, o pastor faz isso “não visando favorecer ou desfavorecer um lado, mas de acordo com a lei, isto é, de acordo com a palavra de Deus” (LUTERO, 1956, p.51). O ponto de Lutero é claro e direto: o pastor tem o dever de pregar a vontade de Deus para o governo secular, o que inclui repreender quando esse não faz aquilo que Deus quer que ele faça; mas, o pastor faz isso de acordo com a Palavra de Deus, não de acordo com sua opinião ou gosto político ideológico-partidário. Feito de acordo com a palavra de Deus, repreender e condenar ações do governo secular não é algo ruim, mas sim uma grande obra. Lutero escreve que

[...] repreender os governantes não é sedicioso, desde que seja feito da maneira aqui descrita: ou seja, pelo ofício ao qual Deus cometeu esse dever e por meio da palavra de Deus, falada publicamente, com ousadia, e honestamente. Repreender os governantes dessa maneira é, ao contrário, uma virtude louvável, nobre e rara, e um serviço particularmente grande a Deus, como o Salmo aqui prova. Seria muito mais sedicioso se um pregador não repreendesse os pecados dos governantes, pois dessa forma ele deixaria as pessoas com raiva e mal-humoradas, fortalecendo a maldade dos tiranos, tornando-se participante dela e assumindo a responsabilidade pela maldade praticada. Se isso acontece, Deus pode ficar irado e permitir que a rebelião venha como uma penalidade. No entanto, quando os senhores são repreendidos tanto quanto o povo, e o povo tanto quanto os senhores (como fizeram os profetas), ninguém pode culpar a outra pessoa por nada. Eles têm que suportar um ao outro, estar satisfeitos e estar em paz um com o outro (LUTERO, 1956, p.50-51).

Em resumo, o ponto feito por Lutero é que existe um contexto adequado para críticas e repreensões referentes aos pecados das autoridades seculares. Esse contexto é a igreja, onde Deus colocou seus mensageiros com a responsabilidade de ensinar, corrigir, orientar, repreender e condenar por parte do próprio Deus. Isso explica o motivo para Lutero insistir que cristãos que não ocupam a função de ministro da Palavra permaneçam em silêncio e respeitem as autoridades seculares, mesmo diante de governos ímpios e injustos. Deus não deu essa função para eles e, conseqüentemente, os cristãos devem ser submissos ao ofício instituído e sustentado por Deus

por amor, temor e submissão ao próprio Deus. Ao mesmo tempo, isso explica também o motivo para acusações de quietismo serem injustas em relação à teologia do reformador. Isso porque Lutero condena tal quietismo, enfatizando o dever de corrigir, criticar, repreender e condenar os pecados do governo. No entanto, Lutero reconhece que tudo isso deve ser feito de acordo com a vontade de Deus para a boa ordem da sua criação. E, por isso, deve ser reconhecido que tal função é dada para os ministros da Palavra, chamados pelo próprio Deus para anunciar a sua vontade para o mundo.

ISSO AINDA TEM VALOR?

É incontestável que Lutero contribuiu para o pensamento teológico a respeito do relacionamento com o governo secular. No entanto, há muitas contestações a respeito da aplicabilidade dessa teologia do reformador para os dias atuais. Os argumentos para tais contestações normalmente apontam para as mudanças que ocorreram na sociedade nos últimos cinco séculos, principalmente no pensar e agir político da sociedade ocidental. Diante de todas as mudanças, há quem afirme que a teologia de Lutero não contribui para o pensamento atual sobre governo secular, inclusive teólogos luteranos (BIERMANN, 2017, p.37-72).

No restante desse artigo, eu gostaria de considerar brevemente essa questão, expondo meus motivos para acreditar que tais contestações não estão corretas, embora apontem corretamente questões que precisam ser abordadas a fim de aplicar a teologia de Lutero nos dias de hoje. Para ilustrar meu argumento que Lutero continua tendo valor para o cenário atual em que vivemos, o artigo considerará uma forma por meio da qual o ensino de Lutero pode ajudar cristãos, pastores e igrejas (como instituições) em seu relacionamento com o governo.

CRISTÃO E ELEIÇÕES

Dentre as possíveis aplicações para os dias atuais que o ensino sobre a relação do cristão com o governo secular na teologia de Lutero, uma que merece destaque é relacionada à participação do cristão em eleições.

Dentre as contestações referentes ao uso da teologia dos Dois Reinos hoje, é comum encontrar a acusação que esse ensino não contribui para a forma que cristãos pensam sobre questões políticas. Especificamente, a teologia de Lutero não ajuda cristãos vivendo hoje no Oeste a escolher seus líderes. Ou seja, cristãos não conseguem ser orientados a votar quando procuram auxílio em Lutero.

Eu discordo. Lutero contribui extensamente e concretamente para o entendimento de vida cristã e o que significa ser uma criatura redimida no mundo em que Deus criou. Isso significa que a teologia do reformador ilumina a reflexão teológica a respeito de todos os aspectos da vida de um cristão, inclusive em seu ato de votar. Claro, alguém pode corretamente pontuar que eleições não existiam na época de Lutero, e por isso não encontraremos orientações sobre eleições democráticas em seus escritos. Certamente, essa colocação está correta. Lutero não escreve sobre eleições, visto que essa não era a realidade da sua época. No entanto, isso não significa que sua teologia não ofereça as lentes necessárias para orientar cristãos vivendo hoje em seu pensamento sobre como devem votar. De fato, as orientações e reflexões que Lutero ofereceu há cinco séculos sobre a natureza da vida cristã continuam sendo fonte de grande auxílio para o contexto atual. Isso porque as orientações e reflexões teológicas de Lutero não foram embasadas no contexto histórico-político da época, mas no testemunho bíblico da Palavra de Deus. E, se reconhecemos que a teologia de Lutero reflete o ensino bíblico, essa teologia não tem prazo de validade. Pelo contrário, ela continua válida para todas as gerações daqueles que buscam seguir os ensinamentos de Jesus Cristo e viver de acordo com a vontade de Deus revelada nas Escrituras.

Dessa forma, é possível reconhecer sem constrangimento que Lutero não escreveu sobre eleições. Da mesma forma, é possível e necessário reconhecer que, por refletir a palavra de Deus, o seu ensino sobre vida cristã em meio à sociedade e diante do governo secular continuam refletindo o ensinamento bíblico para cristãos de sociedades democráticas do século 21.

Portanto, ao considerar a teologia de Lutero sobre a vida do cristão na sociedade, é possível encontrar aspectos do ensino do reformador que guiam a reflexão sobre a vida cristã hoje, inclusive a respeito de como um cristão deve votar. Como vimos anteriormente, Lutero entende que o cristão vive no mundo não para si mesmo, mas para o bem do próximo.

Isso significa que, ao votar, o cristão buscará refletir como o seu voto será um benefício para o próximo e para a criação de Deus.

Ao considerar a sua participação em uma eleição e como deve votar, o cristão reflete sua fé e o seu entendimento de vida cristã. Primeiramente, isso deveria levar o cristão a reconhecer que sua participação em uma eleição é congruente com seu chamado para viver no mundo como criatura redimida de Deus. Especificamente, o cristão não entende seu voto como algo que é forçado pela legislação brasileira como um dever, mas, sim, como parte do seu chamado para cuidar e amar o próximo. Em outras palavras, o cristão reconhece que através do seu voto ele ajuda a escolher governantes que irão buscar a justiça e a boa ordem da criação de Deus, o que torna o voto uma extensão da sua vida cristã na terra. Assim, o cristão não foge das eleições como algo “sujo” ou que é um “mal necessário”. Pelo contrário, ele entende que as eleições são um aspecto importante para a vida cristã, onde o cristão tem o privilégio de escolher líderes que beneficiarão o seu próximo e a criação de Deus como um todo.

Considerando as eleições como parte da vida cristã, deveria, da mesma forma, levar o cristão a reconhecer que o seu voto reflete sua fé e entendimento do que significa ser um cristão. Uma vez que o cristão reconhece que não vive para si mesmo, mas para o seu próximo, o cristão reconhece que o seu voto não deve buscar o benefício próprio, mas, sim, o benefício do próximo a quem ele é chamado a servir e amar como um sacrifício vivo. Diante de uma sociedade individualista, é comum que a escolha de representantes para o governo secular seja feita como resposta para a pergunta, “Qual candidato irá trazer mais benefícios para mim?” No entanto, a pergunta que guia um cristão em sua escolha de representantes não deve ser essa, mas, sim, “Qual candidato irá trazer mais benefícios para o meu próximo e cuidará da boa ordem da criação de Deus?” Em resumo, se a vida do cristão é uma vida sacrificial em favor do próximo, isso deve se refletir também em seu voto.

Isso também vale em relação à igreja. Atualmente, há um entendimento comum entre cristãos que um bom representante para o governo secular é alguém que lutará pelo bem da igreja. Se seguirmos o entendimento de Lutero para a relação do cristão com o governo, veremos que esse é um entendimento equivocado. Cristãos buscam votar e eleger representantes que irão cuidar dos necessitados, promover justiça, paz e boa ordem para

a sociedade. Não é parte do papel do cristão buscar “direitos” na esfera secular para si mesmo ou para a igreja.²

O voto do cristão, portanto, reflete a sua convicção de que ele vive para o bem do próximo e da criação de Deus. O cristão não vota buscando se beneficiar. Tal postura não reflete o chamado que vivemos não para nós mesmos, mas para o próximo. Da mesma forma, o cristão não vota buscando benefícios para a igreja, pois reconhece que o governo secular não existe para a boa ordem da igreja, mas, sim, para a boa ordem da criação.

No entanto, isso não soluciona a complexidade que envolve escolher representantes em uma eleição. A pergunta continua, “Como reconhecer qual candidato beneficiará meu próximo e cuidará da criação de Deus?” Certamente, a resposta a essa pergunta não é simples. Embora tenha se tornado comum entre cristãos acreditar que a resposta para essa pergunta seja “Votar em um candidato cristão”, isso é mais um equívoco que pode ser observado no atual contexto ocidental. Isso porque o fato de um candidato ser cristão não significa que o plano de governo deste reflita o propósito de Deus para o governo secular. De fato, em um país em que a grande maioria das pessoas se denominam cristãos, é quase raro encontrar um candidato que não se denomine “cristão”. No entanto, encontrar um plano de governo que reflita princípios cristãos de cuidar dos necessitados e proteger a criação de Deus é tão raro quanto encontrar um candidato “não cristão”.

Isso significa que, entre outras coisas, votar não é algo simples, mas que deve ser considerado com seriedade e dedicação da parte do cristão. Cristãos deveriam estudar cuidadosamente os planos de governo de cada candidato, considerando as prioridades que cada um tem para a sua cidade, seu estado ou seu país. E, ao considerar esses planos de governo, cristãos precisam refletir quais planos trarão mais benefício para o seu próximo e para o mundo como um todo.

É necessário reconhecer, é claro, que isso não significa que todos os cristãos terão unanimidade em seu voto para escolher representantes que ocuparão cargos do governo secular. Cada cristão está em um contexto diferente, e reconhece prioridades diferentes que precisam da atenção do governo secular. Em outras palavras, não existe um candi-

² Com respeito ao entendimento cristão-luterano sobre “direitos”, ver o artigo do Dr. Joel Biermann acima.

dato perfeito para o governo secular. Ao contrário do que a polarização político-partidária tem ensinado nos últimos anos no Brasil, não há um “voto cristão” e um “voto não cristão”. Votar é, em si, uma atitude cristã, contanto que seja feito visando o bem do próximo e a boa ordem da criação. Como todo candidato é falho e moldado por interesses do seu partido, não há um candidato que seja perfeito aos olhos de um cristão. Por exemplo, é comum encontrar candidatos que defendam prioridades cristãs diferentes e que não priorizem aspectos da fé cristã que são importantes. Enquanto um candidato defenderá a vida de crianças não nascidas, outro candidato defenderá a vida de crianças, jovens e adultos que sofrem com miséria e fome. E, nesse contexto, cristãos precisam decidir entre um e outro, o que significa que eles vão discordar e votar em candidatos diferentes. Mas, em ambos os casos, eles refletirão o seu chamado para viver cristãmente no mundo, independente do candidato, pois votarão em um candidato específico a fim de beneficiar o próximo e o mundo em que vivemos.

Isso reflete o que Lutero escreve sobre a vida do cristão, uma vez que ele ensinou que um cristão não deve procurar benefícios para si no governo secular, de tal forma que “não tenha necessidade nenhuma de autoridade e direito secular para si mesmo. Para outros, porém, pode e deve procurar desforra, justiça, proteção e auxílio, e contribuir para isso com o que puder” (LUTERO, 2000, p.94). Isso, claro, não esgota a reflexão sobre o assunto. Mas é suficiente para iniciar a reflexão sobre a aplicabilidade do ensino de Lutero nos dias atuais, abrindo portas para explorar muitos outros assuntos que são iluminados com o entendimento que cristãos vão às urnas para servir ao próximo e cuidar da criação de Deus.

PASTOR E POLÍTICA

A reflexão de Lutero sobre o papel do pastor em relação ao governo encontrada em seus escritos pode ser conectada facilmente com o contexto atual. Embora o sistema político fosse distinto, o dever do ministro da Palavra que é chamado e ordenado para proclamar a vontade de Deus no mundo continua muito similar. No entanto, a teologia bíblica sobre a vocação do pastor não é o único aspecto facilmente aplicável para os dias

de hoje. Infelizmente, os erros identificados pelo reformador também são facilmente identificados entre pastores hoje.

Ao comentar sobre erros de pastores da sua época em relação ao governo, Lutero identifica quatro equívocos que merecem destaque. Especificamente, o reformador acusa os pastores da época de serem omissos, hipócritas, covardes e caluniadores. Pastores omissos “são pregadores preguiçosos e inúteis que não apontam aos príncipes e senhores os seus pecados” (LUTERO, 1956, p.49). De forma parecida, pastores covardes “temem por suas peles e temem perder a vida e os seus bens”, e, por isso, não acusam os erros dos governantes (LUTERO, 1956, p.49). Por outro lado, pastores hipócritas “bajulam os governantes perversos e fortalecem os mesmos em sua vontade própria” (LUTERO, 1956, p.49). Esses são os pastores que têm um político de estimação e só sabem elogiar o mesmo, fechando os olhos para os erros do governante. O contrário são os pastores caluniadores, os quais “espalham palavras maldosas sobre seus príncipes e senhores, os amaldiçoam e os xingam, embora não abertamente, mas em cantos e em outras seitas” (LUTERO, 1956, p.49). Em outras palavras, em suas redes sociais.

Atualmente, é comum encontrar pastores que praticam esses erros descritos por Lutero. Muitos pastores são omissos, silenciando-se diante de tantos erros e pecados que governantes praticam. Tal omissão não é fruto de ignorância ou desconhecimento da parte do pastor. De fato, muitos estão cientes dos erros dos governantes e permanecem quietos diante desses erros. Conforme vimos anteriormente, Lutero acusa tal silêncio como uma participação do pastor no erro do governante, como cúmplice do pecado cometido pela autoridade secular (LUTERO, 1956, p.50-51). Juntamente com os pastores omissos estão os covardes que, por medo, não fazem aquilo que foram chamados para fazer. Esse medo descrito por Lutero reflete o temor que muitos pastores têm de pregar contra os pecados dos governantes e desagradar não só as autoridades seculares, mas também os membros de suas congregações que não aceitam ouvir críticas dos políticos que apoiam veementemente. De fato, é compreensível o temor demonstrado por pastores nessa posição. Muitos explicam que não apontam para os pecados das autoridades seculares por medo de que isso se torne uma barreira para o anúncio do evangelho para algumas pessoas. Mais uma vez, é necessário reconhecer que tal realidade é compreensível. No entanto, isso não exclui

o fato de que não apontar os pecados e iniquidades do governo secular é falhar na função e vocação de ser ministro da Palavra, o qual foi chamado para anunciar a vontade de Deus no contexto em que o pastor se encontra. Assim, embora seja compreensível, o ensino de Lutero é claro em dizer que isso é falhar na vocação de pastor.

Tão comum quanto casos de omissão e covardice são os casos de hipocrisia e calúnia em pastores. Influenciados por uma polarização político-partidária, pastores se dividem entre bajuladores de políticos de estimação ou caluniadores dos representantes do governo secular. Enquanto escrevo isso, há vários casos de colegas pastores do sínodo ao qual eu pertencço que frequentemente falam mal acerca dos governantes em suas redes sociais, muitas vezes distribuindo notícias falsas, refletindo exatamente o tipo de calúnia descrito por Lutero. Da mesma forma, muitos pastores apontam para governantes como se fossem mais importantes para a criação de Deus e para a igreja de Cristo do que o próprio Jesus, bajulando os mesmos e colocando suas esperanças em um governante como se o futuro do mundo e da igreja dependessem do mesmo, ignorando os erros e pecados que ele comete em seu exercício do ofício de autoridade secular.

Diante disso, Lutero tem muito a contribuir. Seu ensino orienta e guia pastores a não serem omissos ou covardes, mas a anunciar os erros e pecados dos governantes a fim de ser a voz de Deus no contexto em que foram encarregados de pregar e anunciar a Palavra de Deus. Da mesma forma, Lutero condena bajuladores e caluniadores que moldam seu discurso em relação ao governo em suas preferências partidárias, chamando esses pastores ao arrependimento, a fim de que ensinem abertamente com base na Palavra de Deus e não com base em opiniões pessoais. Caso isso não aconteça, o conselho de Lutero é que o pastor deixe o ministério e vá fazer outra coisa.

Em resumo, o pastor possui um papel importante na relação do cristão com o governo secular. Ele é o responsável por orientar e condenar as ações do governo secular. Quietismo não é uma opção. Da mesma forma, não há espaço para política partidária no ministério. Se houver, o pastor deve deixar o seu ofício como ministro, ou as autoridades eclesiais devem ajudá-lo a ser retirado do ministério através dos processos disciplinares de cada sínodo. Em seu papel diante do governo, o pastor reflete seu chamado como ministro da Palavra e anuncia a vontade de Deus, não sua opinião pessoal ou preferência partidária.

A VOZ DA IGREJA

Ao considerar o papel da igreja em relação ao governo secular, é importante enfatizar o aspecto mais básico e importante da teologia luterana sobre esse assunto. A missão da igreja é proclamar o evangelho da salvação pela fé em Cristo Jesus. Independentemente do assunto sendo considerado, a igreja não pode esquecer isso. Isso porque, por mais importante que um assunto possa ser, a igreja precisa lembrar que o motivo da sua existência é permanecer fiel a essa missão.

A necessidade de enfatizar a missão norteadora da igreja se deve ao frequente fato que essa missão é deixada de lado para dar lugar a questões e assuntos que pertencem à esfera secular. Biermann destaca que, “Quando a igreja fica distraída por preocupações temporais ou preocupada com objetivos e propósitos propriamente dentro da alçada do reino da esquerda, o evangelho é negligenciado e, com o tempo, será abandonado” (BIERMANN, 2017, p.116). Ou seja, o ponto não é que preocupações temporais não sejam importantes aos olhos da igreja. De forma alguma! O ponto é que quando essas preocupações tomam o lugar da proclamação do evangelho, as consequências são catastróficas, pois a instituição divina responsável pelo ensino e pregação da Palavra de Deus deixará de fazer aquilo que ela foi criada para fazer.

Tendo dito isso, é necessário também lembrar que a igreja tem a função de ser a voz de Deus no mundo em que vivemos. Isso significa que a igreja não pode se calar ou se isolar do que acontece no mundo ao seu redor. Conforme destacado anteriormente, Lutero afirma que ficar em silêncio diante dos erros dos governantes é ser cúmplice desses erros, e Deus irá julgar quem não agir conforme a sua vontade.

Uma das formas que esse ensino de Lutero pode ser aplicado atualmente é através de pronunciamentos da igreja sobre assuntos, eventos e acontecimentos. Atualmente, é comum ver essa postura em igrejas, tal como pronunciamentos feitos pelo presidente da Igreja Luterana dos Estados Unidos (LCMS). Diante de acontecimentos que afetam o país, a igreja prepara um pronunciamento que busca guiar e orientar os seus membros em como pensar sobre o que aconteceu, refletindo o ensino bíblico que representam na sociedade em que estão inseridos. Outro exemplo que pode ser citado é a autoridade eclesiástica da Igreja Católica Romana, a

qual frequentemente se pronuncia diante de acontecimentos do mundo, buscando refletir a orientação bíblica para os mais variados contextos vividos e enfrentados hoje.

Infelizmente, essa não é uma prática em todas as igrejas. Diante das mais variadas situações, cristãos olham para a liderança da sua igreja buscando palavras de orientação que reflitam o ensino da Palavra de Deus. Mas, muitas vezes, essa orientação não é dada. O motivo é, no entanto, compreensível. Muitas vezes, o pronunciamento trará descontentamento para um grupo de pessoas, principalmente quando o tema for relacionado ao governo secular. E, para evitar divisões dentro da igreja, a opção é muitas vezes não se pronunciar. No entanto, Lutero está certo em dizer que o silêncio da igreja diante do que acontece no mundo resulta nas pessoas ficarem com raiva e mal-humoradas, pois parece que esse silêncio fortalece a maldade que está acontecendo (LUTERO, 1956, p.50-51).

Diante disso, a igreja como instituição precisa reconsiderar seu papel na sociedade. Se a igreja é a voz de Deus, ela precisa ser pronunciada sobre todos os assuntos. Claro que para isso acontecer é necessário muito mais do que dedicar tempo para escrever um pronunciamento. É necessário preparar uma equipe que assessore a liderança nacional de uma igreja na escrita de um posicionamento, a fim de que esse comunique claramente a orientação cristã sobre um determinado assunto, mas que também considere como essas palavras serão recebidas pelos leitores dos mais variados contextos e opiniões. No entanto, talvez formar uma equipe de assessoria para a liderança nacional não seja a solução. É possível que o leitor desse artigo possa levantar argumentos que questionem essa alternativa. Eu confesso que não tenho constrangimento em dizer que essa alternativa possa não ser a melhor opção para a igreja no contexto atual brasileiro. No entanto, considerando o ensino de Lutero, eu estou convencido de que continuar do jeito que está não reflete o legado do reformador para o seu entendimento da relação da igreja com o mundo à sua volta. Se não é claro que essa alternativa deve ser seguida, é pelo menos claro para mim que existe a necessidade de considerar como a igreja pode se posicionar ativamente sobre o que acontece na sociedade, principalmente sobre o governo secular, pois o silêncio não é uma opção para Lutero e nem deve ser uma opção para aqueles que dizem seguir o ensino luterano.

CONSIDERAÇÕES

Esse artigo expôs o entendimento de Lutero sobre a relação do cristão e da igreja com o governo secular. Ele apontou para a visão positiva do reformador em relação à autoridade secular como instituição divina criada e sustentada por Deus, o que moldou seu pensamento sobre a participação do cristão no governo e sua postura diante das autoridades seculares. Com base na convicção de que a teologia de Lutero não reflete apenas o contexto histórico, mas, sim, o ensino bíblico, esse artigo argumentou que seu ensino continua válido e aplicável para os dias atuais. Isso reflete em orientações para cristãos, em como votar, para pastores, como pregar, e para igrejas, em como se posicionar diante de eventos e acontecimentos na sociedade em que estão inseridas. Em resumo, Lutero reflete seu entendimento do que significa ser uma criatura humana no que se refere à relação do cristão com o governo, seu entendimento de ministério no papel do pastor como responsável por orientar e condenar o governo, bem como seu entendimento de igreja no que se refere ao papel da igreja como instituição inserida na sociedade responsável por ser a voz de Deus no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIERMANN, Joel. *Wholly Citizens: God's Two Realms and Christian Engagement with the World*. Edição do Kindle. Filadélfia: Fortress, 2017.

KOLB, Robert; ARAND, Charles. *The Genius of Luther's Theology: A Wittenberg way of thinking for the contemporary church*. Edição do Kindle. Grand Rapids: Baker, 2008.

LUTERO, Martinho. Psalm 82. In.: *Luther's Works*. V.13. Saint Louis: Concordia, 1956.

_____. Treatise on Good Works. In.: *Luther's Works*. V.44. Filadélfia: Fortress, 1966.

_____. Temporal Authority: To What Extent It Should Be Obeyed. In.: *Luther's Works*. V.45. Filadélfia: Muhlenberg, 1962.

_____. Admonition to Peace. In.: *Luther's Works*. V.46. Filadélfia: Fortress, 1967.

_____. Whether Soldiers, Too, Can Be Saved. In.: *Luther's Works*. V.46. Filadélfia: Fortress, 1967.

_____. Dr. Martin Luther's Warning to His Dear German People. In.: *Luther's Works*. V. 47. Filadélfia: Fortress, 1971.

_____. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In.: *Obras Seleccionadas*. V.2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1989.

_____. Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola. In.: *Obras Seleccionadas*. V.5. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995.

_____. Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. In.: *Obras Seleccionadas*. V.6. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000.